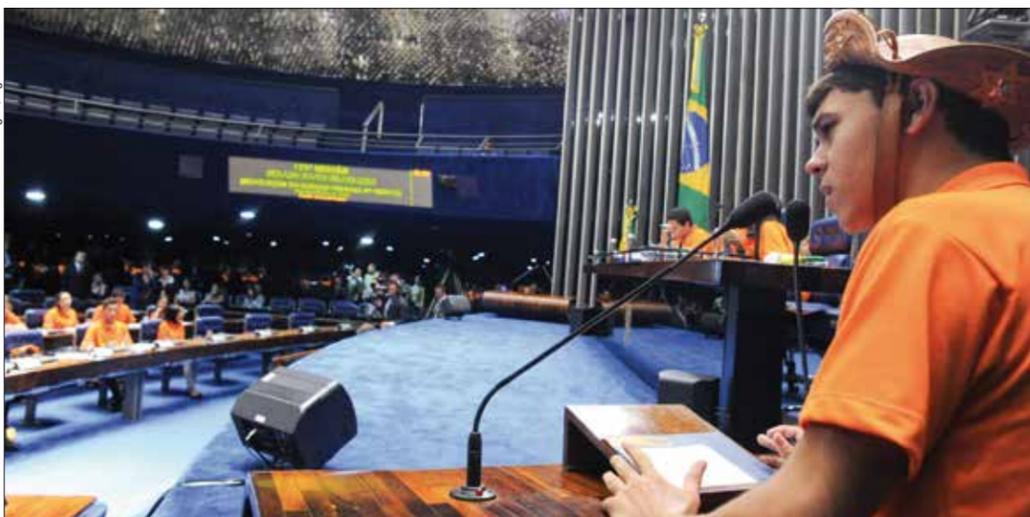




Jovens de todo o Brasil aprovam seis sugestões de lei no Plenário

Projeto que anualmente reúne no Senado um estudante representante de cada unidade da Federação estimula a participação política e a reflexão sobre o país. Na semana passada, enquanto os jovens exerciam os mandatos, os senadores aprovaram duas propostas dos participantes de 2011

Genaldio Magela/Agência Senado



Em sessão no Plenário, sexta-feira, os jovens senadores de 2014 ouvem discurso de José Patrocínio Neto, do Rio Grande do Norte. O encarte conta toda a experiência



Reprodução

Os 27 estudantes que representaram seus estados no Projeto Jovem Senador deste ano, a quarta edição, concluíram os “mandatos” de cinco dias, na sexta-feira, com aprovação em Plenário de seis textos que, se acatados pela Comissão de Direitos Humanos, passam a tramitar como projetos do Senado e podem virar leis. **Encarte especial** nesta edição explica o programa e relata a “odisseia” dos jovens senadores.

ACONTECEU NO SENADO

Semana da Consciência Negra tem destaque na Casa

Entrega da primeira edição da Comenda Abdias Nascimento e debate sobre racismo no futebol marcaram as atividades da semana. **4**



Renan Calheiros (D) aplaude homenageados durante sessão quinta-feira

CPMI da Petrobras ouve três pessoas nesta semana **4**

Relator apoia uso medicinal da maconha **2**

Comissão vota explicação sobre tarifa de ônibus **3**

Projeto limita em 10% o ICMS sobre banda larga

Projeto da senadora Gleisi Hoffmann estabelece alíquota máxima de 10% do ICMS sobre a

internet banda larga. Para ela, a medida vai baratear o preço do serviço e ampliar o acesso. **3**



Gleisi e o relator, Lindbergh, acreditam que a medida não prejudicará estados

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Teste da linguinha obrigatório em recém-nascidos
Lei 13.002/2014



LIBERDADE PARA NOSSAS LÍNGUAS!

O teste da linguinha nos recém-nascidos será obrigatório nas maternidades de todo o país.

O Senado aprovou a Lei 13.002, que determina a todas as maternidades a realização do teste da linguinha a partir de 23 de janeiro de 2015. Com ele, o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Senador Federal | Senado Federal | Senado Federal

Genaldio Magela/Agência Senado

Relator defende liberação de remédios à base de maconha

Apesar do grande número de audiências, Cristovam sugeriu criar subcomissão para aprofundar o debate e estudar experiências de outros países. Ele entregou relatório à Comissão de Direitos Humanos

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF), relator da sugestão popular que propõe a regulamentação do uso da maconha (SUG 8/2014), quer criar subcomissão para continuar o debate sobre o tema. Ele ressaltou, porém, que já se convenceu da necessidade de liberar o uso de medicamentos baseados em derivados da maconha.

O relatório dele foi entregue terça-feira para a senadora Ana Rita (PT-ES), que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). — O uso medicinal sob a forma de remédio tem que ser regulamentado imediatamente. Não se justifica deixar centenas, milhares de pessoas sofrendo, sabendo que há remédios disponíveis e que elas não têm acesso porque estão proibidos — disse o senador à Agência Senado.

No entanto, ele não se sentiu seguro em apresentar agora projeto sobre o uso da maconha na fórmula de medicamentos. Preferiu encomendar à Consultoria Legislativa um projeto que deve encaminhar à CDH. Quanto ao uso medicinal da maconha in natura e ao uso recreativo, Cristovam diz que precisa haver mais debate.



Pedro França/Agência Senado

“Não se justifica deixar centenas, milhares de pessoas sofrendo”, diz Cristovam

A possibilidade de a maconha induzir a doenças como a esquizofrenia e ao aumento do consumo e do tráfico, com a liberação, são pontos que preocupam o senador. Esses temas foram abordados na série de audiências promovida pela CDH nos últimos meses.

— Todas as audiências não me deixaram seguro de que a liberação não aumentaria o consumo ou se, de fato, diminuiria o tráfico ou faria apenas com que ele se deslocasse para outras drogas — disse o senador, que também afirmou ter dúvidas sobre como a opinião pública avalia a questão.

Há muitos grupos de pressão interessados em influenciar a decisão sobre a regulamen-

tação da maconha. Além do lobby contrário de religiosos, donos de clínicas temem que as famílias parem de levar usuários para tratamento. Há também a pressão dos laboratórios que querem produzir novos medicamentos. O relatório do senador sugere estudar as experiências dos países que liberaram o uso, para ajudar na decisão.

A CCJ aprovou, em outubro, substitutivo a projeto que altera a Lei de Drogas, com medidas como a liberação da importação de remédios à base de derivados da maconha (canabinoides). O texto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), porém, ainda passará por quatro comissões.

Medida destina R\$ 1,47 bilhão para subsídios do BNDES

O Congresso deve analisar a MP 659/2014, que liberou R\$ 1,77 bilhão para os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e para custear encargos financeiros da União. A maior parte dos recursos, R\$ 1,47 bilhão, é destinada a custear as taxas menores em empréstimos subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O montante será usado no Programa BNDES Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais, que busca apoiar a retomada econômica dessas

idades, e no Programa de Sustentação do Investimento, que dá empréstimos mais vantajosos para empresas comprarem novas máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, ou para reforçar o capital de giro vinculado à compra de equipamentos.

A MP também destina R\$ 205 milhões para cobrir os gastos com subvenção econômica à cessão de energia elétrica da Hidrelétrica de Itaipu ao Paraguai. Os recursos, segundo o governo, são necessários por conta do aumento do dólar em relação ao câmbio vigente

na elaboração do Orçamento.

O Ministério das Relações Exteriores deve receber R\$ 25 milhões para contribuir com os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) no combate à epidemia de ebola na África Ocidental.

Os restantes R\$ 66 milhões são destinados ao Ministério da Defesa para financiar o apoio de militares às unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. A MP será analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e ainda precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Arquivo S mostra como foi a Guerra do Paraguai, iniciada há 150 anos

Os 150 anos do início da Guerra do Paraguai (1864–1870) são o tema do próximo *Arquivo S*, que será publicado no **Jornal do Senado** na segunda-feira que vem. A guerra teve, de um lado, o Paraguai, e do outro, o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

As reportagens do *Arquivo S* mostrarão a avaliação de historiadores brasileiros e estrangeiros. Uma das grandes

polêmicas é se o paraguaio Solano López foi um ditador sanguinário que atacou os vizinhos ou um herói que apenas tentou defender seu país.

Uma das figuras de destaque foi Duque de Caxias, que era senador e comandou as tropas brasileiras.

O *Arquivo S* é publicado na primeira segunda-feira do mês.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
- PLENÁRIO Pronunciamentos**
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.
- CCT Incentivo a startups**
9h A comissão analisa o PLS 54/2014, que deduz do IR de pessoas físicas investimentos em empresas startups.
- CMA Imposto de veículos**
9h30 Na pauta, texto que obriga agências de veículos a informar valor dos tributos incidentes sobre a venda (PLC 49/2014).
- SEMINÁRIO Primeira infância**
9h30 “Neurociências e educação” é tema da 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que ocorre de hoje a quinta-feira em Brasília e na sexta-feira, no Rio.
- CAE Assistência à saúde**
10h Na pauta da CAE, o PLS 259/2009, que permite a participação de empresa estrangeira na assistência à saúde.
- CE Ensino fundamental integral**
11h A comissão analisa o PLS 255/2014, que implanta a educação integral no ensino fundamental público nos próximos dez anos.
- CCAI Requerimentos**
16h A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) se reúne para apreciar requerimentos.

- QUARTA**
- CE/CAS/CDH Neurociências**
10h Audiência conjunta das Comissões de Educação, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos discute aportes das neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil. Entre os convidados, a neurocientista Suzanaerculano-Houzel e a neuropsicóloga Bernadette Rogé.
- CPMI DA PETROBRAS Abreu e Lima**
14h30 A comissão mista que investiga denúncias de desvios na Petrobras ouve o ex-gerente de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Legati, e a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambrind.
- MEDIDA PROVISÓRIA ONGS**
14h30 Comissão mista faz a 2ª reunião sobre a MP 658/2014, que adia para julho de 2015 a entrada em vigor do Marco Legal das ONGs. Após, haverá debate sobre o tema. A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) é uma das convidadas.
- CPMI DA PETROBRAS Empresário**
10h15 A comissão mista que investiga denúncias de desvios de recursos públicos na Petrobras colhe depoimento de Márcio Boninho, sócio da Sanko-Sider Comércio de Produtos Siderúrgicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos,
João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Os jovens senadores votam suas sugestões no Plenário do Senado: todo ano, projeto leva 27 estudantes a Brasília para viver rotina dos parlamentares



QUANDO AS IDEIAS PODEM VIRAR REALIDADE

DE ACORDO com a lei, para se eleger, o senador precisa ter pelo menos 35 anos e ser filiado a um partido político. Uma vez por ano, porém, o Senado abre uma exceção e dá posse aos chamados jovens senadores. São 27 adolescentes saídos de todos os cantos do Brasil, alunos de escolas públicas. Eles têm no máximo 19 anos e não precisam de partido. Alguns ainda nem sequer têm idade para tirar o título de eleitor. A quarta edição do Projeto

Jovem Senador começou na segunda-feira passada e se encerrou na sexta-feira. Nos cinco dias, os jovens senadores ocuparam os assentos das comissões e do Plenário para — exatamente como fazem os senadores de verdade — discutir os problemas do Brasil e propor soluções. Os participantes deste ano têm, em média, 17 anos. Mas não se trata de uma mera simulação. Sendo bem avaliadas pelo Senado, as sugestões dos adolescentes podem virar proje-

tos de lei e até ser assinadas pelo presidente da República.

— O que queremos é que vocês acreditem que seus sonhos e ideias podem se tornar realidade e criar uma sociedade melhor — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, aos adolescentes.

Depois da temporada em Brasília, os 27 jovens senadores voltaram para casa enxergando a política de uma maneira diferente, com mais interesse e envolvimento.

SENADO JOVEM NA INTERNET

 www.senado.leg.br/jovemsenador

 facebook.com/projetojovemsenador

 twitter.com/jovemsenador

 instagram.com/jovemsenador

 youtube.com/concursosredacao



José Patrocínio Neto exhibe a bandeira do Rio Grande do Norte: aprendizado e trocas culturais



Mateus Souza, Anna Rita Barbosa, Gabriel Campos e Juliana Souza no estúdio da Rádio Senado

Assim que a lista de participantes saiu, adolescentes correram para as redes sociais para costurar escolha do presidente

Negociação política começou via internet

Ricardo Westin

ELES FORAM rápidos. Mal o Senado divulgou a listagem dos 27 jovens senadores, eles correram ao Facebook para saber quem eram os colegas parlamentares e disparar as solicitações de amizade. Logo depois, trocaram número de celular e criaram um grupo de discussão no WhatsApp. Pelo computador ou pelo telefone, eles não passaram nem um dia sequer sem trocar mensagens.

— Foi muito engraçado porque, quando enfim nos conhecemos cara a cara, em Brasília, era como se estivéssemos reencontrando amigos de infância — disse Kaique Almeida (PB).

Além de quebrar o gelo, o Facebook e o WhatsApp foram usados como instrumentos de costura política. Ainda em suas cidades, dois participantes já se apresentaram como candidatos ao cobiçado posto de presidente do Senado Jovem. Eles pediram o voto dos colegas enviando mensagens repletas de ícones sorridentes e palavras abreviadas.

Na segunda-feira, já em Brasília, outros quatro jovens senadores entraram na disputa. A eleição seria na terça e o quadro elei-

toral ficava cada vez mais embaralhado. Durante o primeiro jantar, alguém sugeriu uma sabatina, para que os seis candidatos apresentassem as plataformas. O debate eleitoral se deu à beira da piscina, no hotel onde os jovens senadores estavam hospedados, logo após a sobremesa.

Quem se saiu melhor foi Carlos Henrique Justino (MS). O que mais contou a seu favor foi o fato de já ter participado de um projeto dos deputados estaduais de Mato Grosso do Sul nos mesmos moldes do Jovem Senador. Avaliando que essa familiaridade com os meandros do mundo parlamentar deixaria o grupo mais seguro, quatro postulantes decidiram retirar as candidaturas para apoiá-lo.

— Neste momento, eu transfiro para o Carlos Henrique todos os votos que eu teria — anunciou, em tom solene, Iago de Queiroz (GO), tornando-se ex-candidato.

Assim, no dia seguinte, terminada a votação secreta no Plenário do Senado, não foi surpresa para nenhum jovem senador que o representante de Mato Grosso do Sul tenha ficado com a Presidência. As ne-

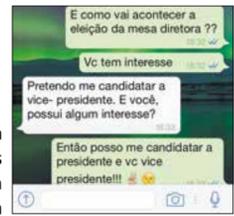
gociações políticas à borda da piscina também haviam determinado o vice-presidente e os dois secretários.

— Não seria legal chegarmos à votação fragmentados. Se houvesse empate, o clima acabaria ficando pesado entre os candidatos, poderiam surgir inimizades — explica Anna Rita Barbosa (MG), eleita vice-presidente do Senado Jovem.

O curioso é que, apesar de o celular ter sido fundamental para que os jovens senadores se conhecessem e se entrosassem no mundo virtual, ninguém foi flagrado tirando *selfie*, curtindo postagem ou dedilhando mensagem durante as atividades no Senado. Mesmo nos intervalos, o telefone quase não saiu dos bolsos. Foi uma regra imposta pelos organizadores do Proje-

to Jovem Senador, não foi?

— Não. Foi uma decisão nossa mesmo — responde Nathalia Janones (MT). — Estar no Senado como protagonistas é uma oportunidade única. Se ficássemos com o celular na mão, desviaríamos a atenção, perderíamos o foco e não aproveitaríamos os momentos ao máximo. Cada minuto aqui é precioso demais para ser desperdiçado.



Antes da chegada a Brasília, estudantes discutem Presidência do Senado Jovem



Numa comissão do Senado, jovens senadores tiram selfie: celulares só saíram dos bolsos nos intervalos das atividades

JOVENS SENADORES

- ACRE —
Maria Caroline da Silva Wiciuk
- ALAGOAS —
Taise Lima dos Santos
- AMAPÁ —
Lucas Rocha de Melo
- AMAZONAS —
Nataly Gonzaga Prestes
- BAHIA —
Claudineia Costa Oliveira
- CEARÁ —
Jorge Tadeu Torres
- DISTRITO FEDERAL —
Noemi Tavares Martins
- ESPÍRITO SANTO —
Juliana Prudencio de Souza
- GOIÁS —
Iago Lina de Queiroz*
- MARANHÃO —
Elide Andressa de A. R. Severo
- MATO GROSSO —
Nathalia Lima Janones
- MATO GROSSO DO SUL —
Carlos Henrique dos S. Justino
- MINAS GERAIS —
Anna Rita de C. C. Barbosa
- PARÁ —
Raquel Lara Lavareda Jamacaru
- PARAÍBA —
Kaique Porto Almeida
- PARANÁ —
Maria Cristiane Andrade
- PERNAMBUCO —
Maria Jéssica Silva de Almeida
- PIAUÍ —
Leilliane Gomes da Silva
- RIO DE JANEIRO —
Mateus Valle Sottani de Souza
- RIO GRANDE DO NORTE —
José Patrocínio Dantas Neto
- RIO GRANDE DO SUL —
Renata Brautigam Marques
- RONDÔNIA —
Ana Paula Schwengber
- RORAIMA —
Bruna Silva Figueira de Souza
- SANTA CATARINA —
Suyanne Paula Schwade Giratto
- SÃO PAULO —
Gabriel de Paula Campos
- SERGIPE —
Ricardo Ruan Rocha Santana
- TOCANTINS —
Ana Paula M. de O. Medrado

* Foi o 2º colocado no estado. Jacqueline Ferreira da Silva, a 1ª colocada, não pôde participar

Concurso de redação “elege” jovem senador

A escolha dos 27 jovens senadores é democrática. A seleção se dá por meio de um concurso nacional de redação. Todas as escolas estaduais de nível médio do Brasil são convidadas a participar. Os estudantes devem ter no máximo 19 anos.

Neste ano, mais de 71 mil alunos entraram no concurso. A concorrência foi elevadíssima — 2,6 mil postulantes a cada assento do Senado Jovem. O tema da redação foi “Se eu fosse senador”.

Primeiro, há uma peineira dentro das escolas e cada diretor envia o melhor

texto para o governo estadual. Depois, a respectiva secretaria de Educação seleciona um único texto. É assim que cada unidade da Federação “elege” seu jovem senador.

Os jovens senadores passam cinco dias em Brasília, sempre em novembro. Numa parte do tempo, eles trabalham nas comissões e no Plenário do Senado. Na outra, fazem passeios culturais — vão ao cinema, conhecem os monumentos de Oscar Niemeyer e visitam o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF). As despesas com passagem aérea, hotel,

transporte e alimentação são pagas pelo Senado.

Esta é a quarta edição do Projeto Jovem Senador. Em 2014, pela primeira vez, os professores orientadores dos alunos selecionados também viajaram a Brasília.

Cada jovem senador ganha um laptop. O Senado escolhe as três melhores redações e premia a escola dos vencedores. O colégio do primeiro colocado recebe quatro computadores. O do segundo lugar, dois computadores. E o do terceiro, um computador.

Os estudantes que quiserem concorrer ao Senado

Jovem no ano que vem já podem se preparar. O tema do concurso de redação de 2015 é “Participação política no Parlamento, nas ruas e nas mídias sociais”.

O Projeto Jovem Senador é organizado pela Secretaria-Geral da Mesa, pela Consultoria Legislativa e pela Secretaria de Relações Públicas do Senado. A comissão encarregada do projeto tem como presidente o senador Paulo Davim (PV-RN) e como vice-presidente o senador Randolfé Rodrigues (PSOL-AP). A iniciativa nasceu de uma proposta do senador Paulo Paim (PT-RS).

Senado aprova projetos de estudantes

Passaram no Plenário duas sugestões dos jovens senadores de 2011. É a 1ª vez que propostas desse tipo chegam tão longe

O PROJETO Jovem Senador não se resume à simulação dos trabalhos do Senado. Existe a possibilidade de as sugestões elaboradas pelos adolescentes serem aceitas pelos senadores e transformadas em projetos de lei. Na semana passada, o Plenário do Senado aprovou duas propostas dos jovens senadores de 2011. Nunca as sugestões dos estudantes haviam chegado tão longe.

Os dois projetos agora serão remetidos para a Câmara e, sendo aprovados também lá, poderão ser sancionados pela presidente Dilma Rousseff e virar lei.

Um deles é o PLS 185/2012, que estabelece que os professores da rede pública obrigatoriamente tenham a qualificação adequada. Ainda há muitos mestres que se habilitam

após frequentar cursos rápidos e de qualidade duvidosa.

O segundo é o PLS 467/2012, que obriga as escolas públicas a identificar no final do primeiro bimestre os alunos com notas baixas. A ideia é que o colégio providencie aulas de reforço o mais rapidamente possível, para evitar a reprovação. Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional

pelo Direito à Educação, vê a proposta com bons olhos:

— A realidade hoje é que as escolas ignoram os alunos com baixo rendimento. Os professores até identificam esses estudantes, mas os deixam para trás, pois não têm os instrumentos necessários para dar a atenção especial. As turmas são grandes, os insumos são ruins e as condições de trabalho são

precárias. Se o projeto de lei for aprovado, essa realidade terá de ser enfrentada.

Os jovens senadores chegaram ao fim da edição 2014, na sexta-feira passada, com seis sugestões aprovadas. Uma delas cria cursinhos pré-vestibulares gratuitos. Outra institui uma bolsa de R\$ 250 mensais para os alunos pobres da rede pública, de modo

a estancar a evasão escolar.

As sugestões do Projeto Jovem Senador são levadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se os senadores as considerarem pertinentes, poderão transformá-las em projetos de lei. Além dos dois recém-aprovados pelo Plenário, outros 21 textos de jovens senadores estão em análise nas comissões do Senado.

— A ideia principal não é que os jovens façam propostas brilhantes — explica o consultor legislativo José Edmar de Queiroz, que orientou a última turma. — Quando os senadores leem as propostas, ficam conhecendo melhor a realidade da educação brasileira e sabendo o que os alunos da rede pública esperam para o futuro.

Conheça as seis propostas aprovadas em 2014

- Sugestão 1** Institui a Semana dos Direitos Humanos em todas as escolas públicas do país, anualmente na primeira semana de maio, quando deverão ser realizadas atividades culturais com toda a comunidade.
- Sugestão 2** Estabelece medidas de valorização dos povos tradicionais e preservação dos recursos naturais, como a construção de reservatórios para abastecimento de água durante a seca.
- Sugestão 3** Proíbe a utilização dos royalties oriundos da exploração do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos para outros fins que não sejam o financiamento da saúde e da educação.
- Sugestão 4** Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante, que institui o benefício de R\$ 250 a alunos do ensino médio da rede pública integrantes de famílias com renda mensal igual ou inferior a R\$ 600 per capita.
- Sugestão 5** Institui a aplicação de testes vocacionais e a criação de estágios e cursos preparatórios para o vestibular, ajudando estudantes da rede pública e privada no acesso à universidade e ao mercado de trabalho.
- Sugestão 6** Estabelece diretrizes para a implementação do regime integral na educação básica, com a adoção de disciplinas como gerenciamento financeiro, educação política e primeiros socorros.



Renan Calheiros, entre Walter Pinheiro e Eduardo Braga, recebe os 27 jovens senadores para foto oficial: semana repleta de atividades legislativas no Senado e programas culturais em Brasília

Grupo aprendeu a usar “Vossa Excelência” e “pela ordem”

Nos cinco dias que passaram no Senado, os jovens senadores seguiram toda a liturgia que rege os trabalhos parlamentares. Sempre que se dirigiram uns aos outros ao microfone, trataram-se por “Vossa Excelência”. Nas vezes em que solicitaram a palavra nas comissões e no Plenário, disseram: “Pela ordem, senhor presidente”.

Na cerimônia de posse, presentes o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o da Câmara, Henrique

Eduardo Alves, cada jovem senador proferiu o solene “Assim o prometo” — embora alguns tenham pronunciado “Assim eu prometo”, variação não prevista no regimento.

— Se a gente quer que os alunos da escola pública passem no vestibular, o projeto tem que criar cursinhos, tipo assim, gratuitos — argumentou uma jovem senadora numa das comissões, para logo se corrigir. — “Tipo assim”, não. Não pode falar

gíria no Senado, né?

O grupo foi dividido em três comissões. Cada uma ficou encarregada de discutir, redigir e aprovar dois projetos de lei. Eles se debruçaram sobre temas que foram da evasão escolar à destinação dos royalties do petróleo. O trabalho envolveu ouvir e debater, discordar e concordar, insistir e recuar, fechar acordos e aprovar emendas. No final, todas as seis propostas acabaram sendo aprovadas pelo

Plenário do Senado Jovem.

— Pessoal, mexer com leis é a mesma coisa que mexer com dinamite — ensinou um dos consultores legislativos que orientou os adolescentes. — Vocês precisam tomar muito cuidado porque vão interferir na vida de gente do Brasil inteiro. Se vocês fizerem de qualquer jeito, as consequências podem ser catastróficas.

Das muitas formalidades, os jovens senadores ficaram dispensados de usar

texto e gravata. O uniforme foi uma camiseta laranja. O tom chamativo foi deliberadamente escolhido para que ninguém se desgarrasse do grupo e se perdesse pelos corredores do Senado. Movimentam-se pela instituição, todos os dias, em torno de 30 mil pessoas.

— Nós também vamos ter gabinete? — levantou a mão, em tom de graça, um dos jovens senadores, levando os colegas às gargalhadas.



Orientados por consultores legislativos, Iago de Queiroz e Carlos Henrique Justino discutem projeto em comissão

“Nem sonhava que a política era tão decisiva”

Adolescentes dizem que, depois de trabalharem no Senado, abandonaram a visão estereotipada que tinham dos políticos

OS JOVENS senadores passaram apenas cinco dias em Brasília. E viveram apenas em parte a rotina dos senadores de verdade. Ainda assim, foi o suficiente para que derrubassem preconceitos e passassem a encarar a política com outros olhos.

Para Lucas de Melo (AP), a parte mais chata do jornal era o caderno de política, que merecia no máximo uma folheada displicente.

— Era um tema que não me interessava, que eu deixava em segundo plano — afirma ele. — Nesta experiência como jovem senador, entendi que é a política que define os rumos do meu país e, em boa medida, os rumos da minha própria vida. Decidi que, de agora em diante, vou ler as notícias de política e acompanhar o trabalho dos senadores do meu estado.

Iago de Queiroz (GO) diz ter ficado surpreso ao constatar que o Senado não é exatamente aquele que sai nos jornais.

— A mídia mostra uma coisa, mas aqui eu vi outra. Os jornais dão a entender que os senadores não trabalham e ficam enrolando

para aprovar os projetos. Não é nada disso.

Ele não imaginava a trabalhadeira que a aprovação de um projeto aparentemente simples pode exigir dos parlamentares, incluindo a busca de dados confiáveis, os debates com os especialistas, as negociações com os colegas e as incontáveis idas e vindas no conteúdo do projeto durante a passagem pelas comissões.

Maria Caroline Wiciuk (AC) ficou “de queixo caído” com o trabalho dos funcionários da Consultoria Legislativa e da Secretaria-Geral da Mesa, que orientaram os jovens senadores:

— Eu não imaginava que havia uma equipe tão grande e estruturada atrás dos senadores.

A missão de programas como o Jovem Senador não é arregimentar os adolescentes para a carreira política. Com efeito, dos 27 jovens senadores deste ano, apenas 3 dizem ter vontade de se tornarem políticos.

O cientista político Gabriel Ávila Casalecchi explica que o objetivo de iniciativas do tipo é apresentar aos jovens, de for-

ma palpável, o mundo da política. Munidos desse conhecimento, eles se tornam capazes de exercer a cidadania de forma consciente e crítica.

— Os jovens passam a ter uma visão mais rica e complexa a respeito da política. Ficam mais preparados para votar e usar os instrumentos de participação popular do Poder Legislativo, por exemplo — afirma.

Casalecchi é autor de um estudo recente sobre o Parlamento Jovem de Minas, programa semelhante ao Jovem Senador organizado pela assembleia legislativa mineira. Foram colhidas as opiniões dos adolescentes participantes (antes e depois do projeto) e de outros jovens do mesmo nível escolar e social não participantes. Uma das conclusões é que o primeiro grupo, após a experiência, passou a confiar mais na assembleia. Diz Casalecchi:

— Iniciativas assim são fabulosas, pois ajudam a reconstruir o diálogo entre a política representativa e a população jovem, que está bastante desiludida com as Casas legislativas, os parlamentares e os partidos.

Cinco dias de novas experiências e intercâmbio cultural

Os 27 jovens senadores aguardavam na antessala o momento de serem recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para a fotografia oficial. O silêncio foi rompido por Iago de Queiroz (GO) sacando o celular do bolso:

— Tia Cida? Vou passar para a menina de Santa Catarina. Escuta que soa engraçado. Ela fala “leitê quentê”.

Entre as risadas barulhentas dos colegas, Suyanne Giroto (SC) não teve alternativa senão apanhar o telefone e, meio constrangida, trocar duas palavras com a tia Cida.

Para os jovens senadores, os cinco dias em Brasília foram uma baita experiência cultural. Lucas de Melo (AP) presenteou os colegas com castanhas da Amazônia. Ricardo Santana (SE) levou livretos de cordel. Elide Severo (MA) tirou da mala garrafinhas de Guaraná Jesus, um refrigerante cor-de-rosa só vendido em seu estado — alguns amaram a bebida, outros odiaram.

Dos 27 adolescentes, 22 nunca haviam viajado em avião antes. Todos frequentam escola pública — alguns estudam em tempo integral; outros, poucas horas por dia, o mínimo permitido por lei. A maioria vive em pequenas cidades do interior. A representante de Santa Catarina mora num sítio e viaja uma hora para chegar à escola.

A maior parte das participantes foram meninas (67%). No Senado, as mulheres são minoria (13,5%). A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) gostou da predominância feminina.

— Antevejo entre os jovens senadores que virá inexoravelmente no futuro aquilo que ainda não conquistamos. Seremos maioria no Senado, na Câmara, nas assembleias e nas câmaras municipais.

Os senadores quiseram conhecer os jovens de seus estados. José Agripino (DEM-RN) gravou um depoimento em vídeo para José Neto (RN) postar no Facebook. Renan Calheiros (PMDB-AL) deu um beijo na testa de Taíse dos Santos (AL). Antônio Aureliano (PSDB-MG) vibrou ao ver sua conterrânea, Anna Rita Barbosa (MG), sendo eleita vice-presidente do Senado Jovem. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) contou ter estudado na mesma escola de Lucas de Melo (AP).

Na sexta-feira, o presidente do Senado Jovem, Carlos Henrique Justino (MS), encerrou os trabalhos e abriu as despedidas.

— Nós saímos daqui com a gostosa sensação de dever cumprido. Demos a nossa contribuição para que o sonho de um Brasil mais humano e justo se torne realidade — disse ele, enquanto alguns jovens senadores aplaudiam e outros choravam copiosamente.



Jovens senadores participam da cerimônia do Dia da Bandeira

JORNAL DO SENADO

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF
www.senado.leg.br/jornal - e-mail: jornal@senado.leg.br
Twitter: @Agencia_Senado
facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Editor-chefe do Jornal: Marcio Maturana

ENCARTE JOVEM SENADOR

Reportagem: Ricardo Westin
Edição: Laércio Franzon, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle
Revisão: Fernanda Vidigal, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Diagramação: Claudio Portella
Tratamento de imagem: Roberto Suguino

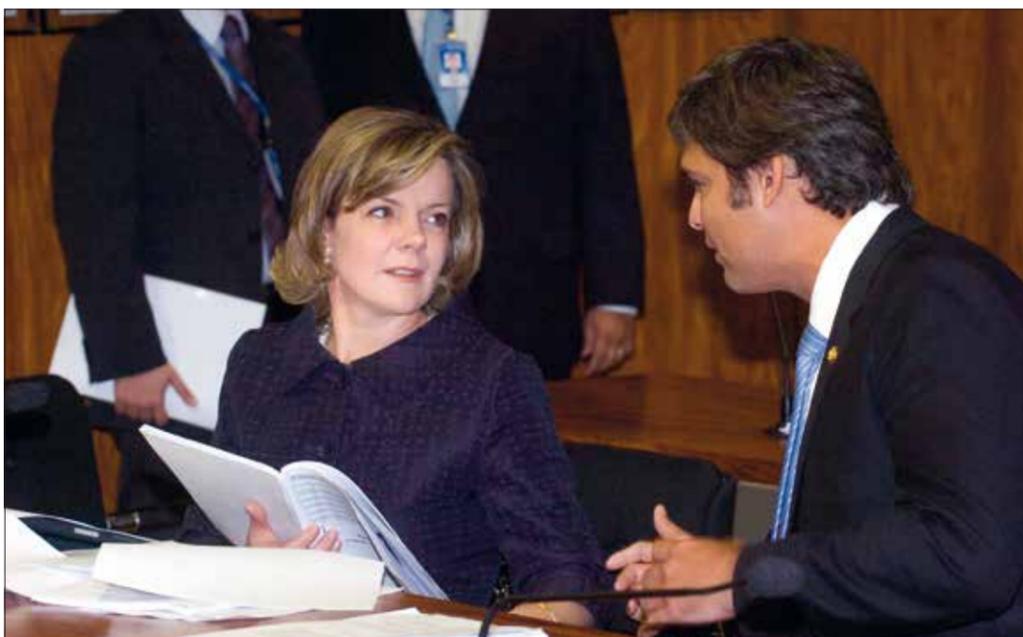
Proposta fixa em 10% ICMS sobre banda larga

Projeto da senadora Gleisi Hoffmann objetiva ampliar o acesso à internet rápida no Brasil. Operadoras devem oferecer velocidade de, pelo menos, 5 Mbps por até R\$ 40

UM TETO DE 10% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo ao acesso à internet banda larga está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo do Projeto de Resolução do Senado 15/2014, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), é tornar o serviço mais acessível.

O projeto estabelece a obrigação das operadoras, para se credenciarem à alíquota de 10%, de assegurar velocidade nominal igual ou superior a 5 megabits por segundo (Mbps) e cobrar tarifa mensal de menos de R\$ 40. Se a velocidade nominal for igual ou superior a 10 Mbps, não é necessário obedecer ao limite de R\$ 40.

Além da redução de tarifa, o texto prevê aumento de até 2 milhões de assinaturas de banda larga fixa — 9,5% a mais que hoje.



Gleisi conversa com o relator, Lindbergh Farias: aumento de assinaturas de banda larga fixa é estimado em 2 milhões

Segundo o relator, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o crescimento contribui para satisfazer a “nova classe média, ávida por novos serviços com qualidade e preços módicos”.

De acordo com a autora, a proposta corrige uma dis-

torção: a diferença entre as alíquotas do ICMS sobre a banda larga em diferentes estados tem gerado vantagem competitiva para empresas e cidadãos de algumas unidades federativas, em detrimento de outras. Para Gleisi, mesmo

com a redução da alíquota do ICMS, muitos estados poderão ter mesmo aumento da arrecadação, em razão da ampliação dos acessos.

No relatório, Lindbergh defende a iniciativa e afirma que a desoneração tributária

de determinados setores econômicos não traz necessariamente perda de arrecadação para os estados, embora possa ocorrer alguma redução no início da aplicação da medida.

Para ele, o estímulo a preços menores amplia o mercado consumidor e acaba por proporcionar, em médio e longo prazos, incremento significativo nas receitas do ICMS.

Após o parecer da comissão, a proposição será votada pelo Plenário do Senado — não é necessária deliberação da Câmara para a proposta entrar em vigor. A Constituição dá ao Senado o poder de estabelecer alíquotas máximas para resolver conflito de interesse dos estados. É o caso, na avaliação de Gleisi, das alíquotas diferenciadas de ICMS sobre serviço de internet banda larga.

Além do PRS 15/2014, a pauta da CAE inclui outros 18 itens. A reunião será amanhã, às 10h.

Reajuste de ônibus terá que ser explicado

Um projeto da Câmara torna obrigatória a divulgação dos dados que embasam aumentos no transporte público coletivo. O projeto está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne amanhã às 9h30.

De autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), o PLC 50/2013 modifica a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012) para

explicitar a obrigação dos municípios de dar publicidade aos elementos que levaram a reajustes, revisões ordinárias ou extraordinárias das tarifas.

O autor do projeto também propõe que seja direito do usuário do transporte coletivo o acesso, em linguagem acessível, à fundamentação usada para autorizar aumento de tarifa.

O texto tem o apoio do relator, Randolfe Rodrigues

(PSOL-AP). Após exame na CMA, segue para votação no Plenário.

Também está na pauta da CMA o PLS 258/2009, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que transforma a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, no sul do Pará, em parque nacional e área de proteção ambiental. Com o projeto, o senador pretende mudar a condição de reserva biológica, que requer preservação integral, sem interferência humana, para uma situação onde é permitida a destinação turística, no caso de parque, ou atividades econômicas combinadas com preservação, no caso de área de proteção ambiental. A proposta será votada em decisão terminativa na CMA, que deverá analisar ainda outras 21 proposições.

Comissão discute textos sobre o Bolsa Família

Dois projetos que tratam do Bolsa Família e que já produziram debates acalorados no Senado também serão examinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além de outras comissões. O PLS 448/2013 e o PLS 458/2013, ambos de Aécio Neves (PSDB-MG), tratam respectivamente da incorporação do Bolsa Família na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e de regras de saída dos beneficiários do programa. Os requerimentos para tramitação conjunta dos projetos e exame pela CAE, aprovados quinta-feira passada, foram apresentados pelo líder do PT, Humberto Costa (PE).

A proposta de Aécio com o PLS 448/2013 é transformar o programa em política de Estado, tornando-o menos vulnerável “à vontade de governantes e a manipulações políticas e eleitorais”.

Já o PLS 458/2013 determina que as condições de permanência no Bolsa Família sejam avaliadas a cada dois anos. Nessa revisão, caso se verifique alteração da situação de elegibilidade familiar, o benefício continuaria a ser pago por mais seis meses, como preparação para a saída do programa.

A CAE será a terceira comissão a apreciar cada um

dos projetos. O PLS 448 já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e atualmente está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 458 foi aprovado pela CAS e aguarda votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Ambos tramitam de forma terminativa, ou seja, não precisam passar por votação no Plenário, salvo se houver recurso de nove senadores.

Terrorismo

A sessão de quinta-feira aprovou 20 requerimentos. Doze solicitavam o encaminhamento, para a análise de comissões, de proposições que originalmente não faziam parte da tramitação.

Entre os projetos mais importantes que terão de passar por mais etapas, estão o PRS 1/2013, que unifica as alíquotas interestaduais do ICMS, e o PLS 499/2013, que define crimes de terrorismo.

Outros oito requerimentos aprovados fazem tramitar em conjunto projetos que tratam dos mesmos assuntos. Entre os temas, estão as pesquisas eleitorais, o financiamento para produtores de etanol e a reforma do Código Comercial.



Usuários de transporte coletivo terão acesso à justificativa do aumento de tarifa

Projeto busca coibir crimes pelo telefone

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode votar amanhã, em reunião às 9h, projeto que torna obrigatória e gratuita a identificação do código de acesso originador das chamadas telefônicas. O código permite localizar a origem da chamada, coibindo, assim, a prática de crimes pela rede telefônica e de abusos dos serviços de telemarketing e cobrança.

O PLS 433/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), também proíbe a oferta de serviços

ou equipamentos que impossibilitem ou obstruam a identificação.

Outro projeto que pode ser votado é o PLS 54/2014, que permite a dedução de valores investidos nas *startups* — empresas inovadoras, com alto potencial de crescimento e geralmente criadas por jovens — da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. A ideia de José Agripino (DEM-RN) é ampliar a competitividade e a chance de sucesso das empresas.

A comissão examina ainda

o substitutivo ao PLS 18/2012, de Ciro Nogueira (PP-PI), que impõe nova regra à oferta de descontos nos serviços de telecomunicações, como telefonia, banda larga e TV por assinatura: o término do desconto deverá ser informado ao beneficiário com antecedência mínima de 30 dias.

Na pauta do colegiado, constam ainda 63 projetos de decreto legislativo (PDLs) com outorgas ou renovação de outorgas de serviços de radiodifusão em várias cidades.

Diretora-geral da ANP, ex-gerente-geral da obra de Abreu e Lima e empresário ligado ao doleiro Alberto Youssef devem depor a senadores e deputados nesta semana



Glauco Legati deve ser o primeiro a falar, na tarde de quarta-feira, seguido de Magda Chambriard

CPI Mista da Petrobras toma três depoimentos

A COMISSÃO PARLAMENTAR Mista de Inquérito da Petrobras deve colher três depoimentos nos próximos dias. Estão convocados e convidados a depor o ex-gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Colepicolo Legati, e a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard. Está previsto ainda o depoimento de Márcio Bonilho, sócio da empresa Sanko-Sider.

Primeiro a depor, Glauco Legati era, até poucos dias, o gerente-geral da obra da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Responsável, portanto, pela fiscalização do empreendimento. Segundo a imprensa, ele foi afastado da função após investigações conduzidas pela própria estatal sobre o envolvimento de funcionários em irregularidades nos projetos das áreas de Engenharia e Abastecimento.

Em nota, a Petrobras informou que faz mudanças no quadro gerencial como resultado das comissões internas de apuração que apontaram o não cumprimento de procedimentos normativos internos. Também de acordo com a nota publicada no dia 19, não

houve demissões porque não há, por enquanto, evidências de “dolo, má-fé ou recebimento de benefícios por parte desses empregados”. A empresa não divulgou o nome dos servidores.

Ao depor à CPI da Petrobras do Senado, em julho, Legati negou a existência de erro de projeto ou sobrepreço na obra. De acordo com ele, a unidade tem 88,5% de execução física e entrará em operação no fim deste ano, com capacidade para processar mais de 200 mil barris diários.

Investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a refinaria teve em 2005 o custo estimado pela Petrobras em US\$ 2,5 bilhões. Mas, segundo a própria estatal, até a conclusão, a obra deve sair por quase US\$ 20 bilhões.

O depoimento de Legati está marcado para quarta-feira, às 14h30.

Segurança

No mesmo dia, a CPI mista deve ouvir a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard. A expectativa é que ela trate da segurança nas plataformas de petróleo. Magda também já depôs à CPI da Petrobras do Senado e disse que o índice de acidentes graves em plataformas de petróleo no Brasil está abaixo da

média mundial. Para a diretora-geral, o que existe em termos de gestão de segurança no Brasil é o que há de mais moderno no mundo.

Empresário

Na quinta-feira, a CPI Mista da Petrobras espera que Márcio Bonilho, diretor da empresa Sanko-Sider, esclareça quais as relações que mantinha com o doleiro Alberto Youssef e com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

O requerimento para a convocação de Bonilho foi apresentado pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Bonilho é citado na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. De acordo com a PF, a Sanko-Sider teria efetuado contratos com empresas de fachada do doleiro Alberto Youssef, às quais repassaria dinheiro de empreiteiras responsáveis por obras da Petrobras.

Comissão parlamentar de inquérito com o mesmo objetivo, de investigar denúncias de irregularidades na Petrobras, funciona no âmbito exclusivo do Senado. O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) preside tanto a CPI mista quanto a CPI do Senado, que cancelou os depoimentos previstos para esta semana (*leia abaixo*).

Comissão do Senado cancela reunião

Os dois convidados para depor, quarta-feira, à CPI da Petrobras exclusiva do Senado — o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, e o secretário de Relações Internacionais da

mesma entidade, João Antônio de Moraes — comunicaram que não poderão ir a Brasília na data marcada. A reunião foi, então, cancelada.

Os dois sindicalistas deveriam falar sobre os problemas de segurança enfrentados pelos traba-

lhadores da companhia e sobre denúncias de lançamento ao mar de plataformas inacabadas.

A CPI da Petrobras exclusiva do Senado não se reúne desde 16 de julho. Os trabalhos, que foram prorrogados, seguem até 22 de dezembro.

ACONTECEU NO SENADO

Sessão homenageia personalidades negras e comissão debate racismo

Ações marcaram a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra

O Senado celebrou com sessão solene, na quinta-feira, 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. No evento foi entregue, pela primeira vez, a Comenda Abdias Nascimento a sete personalidades que se destacaram na promoção da cultura afro-brasileira.

Foram homenageados os cantores Martinho da Vila e Gilberto Gil, o ator Milton Gonçalves, o ministro do STJ Benedito Gonçalves, o economista e professor Silvio Humberto dos Passos Cunha,

a militante do movimento negro Edna Almeida Lourenço e o abolicionista cearense Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar (in memoriam).

Na segunda-feira passada, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu o preconceito racial contra jogadores de futebol negros no país. Uma das ideias apresentadas na audiência e que deve ser sugerida aos clubes pela CDH é o uso de mensagens contra o racismo nos uniformes dos times.



Um dos idealizadores da homenagem, senador Paim (D) entrega comenda a Martinho da Vila

LANÇADA CAMPANHA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O Congresso lançou oficialmente, na quarta-feira, a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Trata-se de uma ação educativa de massa pela erradicação dos abusos e pela garantia dos direitos das mulheres. O movimento existe desde 1991, por iniciativa do Centro de Liderança Global de Mulheres, e conta com a participação de mais de 150 países.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin



Violência doméstica mata mais que câncer, diz Vanessa

(PCdoB-AM), ressaltou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que apontam a violência doméstica

como a principal causa de morte no Brasil em mulheres de 16 a 44 anos, matando mais do que doenças como o câncer e acidentes de trabalho.

Também na quarta, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a PEC 43/2012, da senadora Marta Suplicy (PT-SP), determinando que a mulher vítima de violência seja incluída entre os beneficiários da política de assistência social estabelecida pela Constituição. A proposta seguiu ao Plenário.

PLENÁRIO ANALISARÁ SEGURO DE VIDA E USO DE ARMA POR POLICIAL

O uso de armas não letais poderá ter prioridade sobre as armas de fogo na ação policial, conforme texto substitutivo ao PLS 256/2005, aprovado na CCJ. São exemplos desse tipo de equipamento, segundo proposta de Marcelo Crivella (PRB-RJ), gás lacrimogêneo, balas de borracha, spray de pimenta e arma de eletrochoque, também conhecida como *taser*.

Outro texto aprovado pela CCJ foi a PEC 16/2014, de Fernando Collor (PTB-AL), que recebeu emenda da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO). A proposta institui garantias de assistência médica e seguro de vida a policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários. Os dois textos seguem para a análise e votação do Plenário do Senado.

MUDANÇA NA REGRA DO SUPERÁVIT AGITA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para amanhã a votação do projeto (PLN 36/2014) que altera o cálculo da meta do superávit primário do governo federal. Os parlamentares governistas não conseguiram votos suficientes para aprovar a quebra de interstício (intervalo regimental), o que permitiria votar o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) na semana passada. O PLN 36/2014 chegou a ser dado como aprovado na CMO em reunião na noite de terça-feira, mas os opositores ameaçaram pedir a anulação da sessão no Judiciário por quebra do regimento. Com isso, os líderes partidários concordaram em retomar o exame da proposta depois de acordo costurado pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

SETOR PESQUEIRO FAZ REIVINDICAÇÃO

Entidades que representam o setor pesqueiro pediram na Comissão de Agricultura que o Ministério da Pesca tenha autonomia para gerir a atividade. Hoje, a competência é compartilhada com o Ministério do Meio Ambiente, o que estaria atrasando o setor.

SENADO AVALIA NOMES PARA EMBAIXADAS

O Plenário aprovou Jorge Geraldo Kadri para o cargo de embaixador no Líbano e prepara-se para analisar outras quatro indicações: Martinho Leoni para a Polônia, Antonio da Costa e Silva Neto para a Finlândia, Eduardo Carvalho para a Namíbia e Ruy de Azevedo Amaral para o Egito.

SATÉLITE BRASILEIRO GERA POLÊMICA

Debate na Comissão de Ciência e Tecnologia apontou a importância, para o Brasil, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação. Especialistas, porém, lamentaram o fato de a capacidade da indústria aeroespacial brasileira não ter sido explorada na construção do satélite.